

ETHOS DO CUIDADO E FORMAÇÃO CRÍTICA: CONVERSÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL UNIVERSITÁRIA NO RIO DE JANEIRO

Marco José de Oliveira Duarte

Este trabalho tem por objetivo problematizar a formação profissional em saúde mental tomando como campo empírico uma experiência em curso desenvolvida a partir de um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS universitário. São inúmeros os desafios que se colocam hoje na formação com essa perspectiva crítica, no campo da saúde coletiva, em geral, e da saúde mental, em particular, voltado para um modelo de atenção em território, levado a cabo pela nova política de saúde mental brasileira, que coloca a universidade a implementar um serviço de atenção psicossocial, pondo em questão uma série de questões e problemas com relação à experiência de sua implementação.

A experiência institucional em curso que propomos conversar, coloca em cena as disputas de hegemonias frente a essa diversidade e multiplicidade posta no referido campo. Tanto pelo viés da clínica, enquanto produção de um ethos do cuidado em saúde mental, de forma comunitária, integral e territorializada, colocando em cena a prática, a formação e a supervisão interdisciplinar e coletiva em contraposição as cristalizações e fragmentos dos saberes técnico-científicos, disciplinares, históricos e corporativos. Isso se dá, tanto na perspectiva do debate político, a partir da intersectorialidade e da responsabilidade pública institucional que envolve uma universidade pública brasileira – política de educação -, articulada a rede pública de saúde e de saúde mental – política de saúde - quanto no cotidiano da produção do cuidado e na produção pedagógica da micropolítica, na construção cotidiana e na efetivação de um serviço público de cunho universitário na rede pública de saúde mental na cidade do Rio de Janeiro. Nossa conversação propõe um diálogo cartografando os desafios, as diferenças, as contradições e lutas cotidianas enfrentadas nessa experiência de fazer construir um ethos do cuidado que toma a formação e a gestão da educação em saúde a partir da realidade de implementação desse serviço de atenção psicossocial na rede pública de saúde mental no contexto do sistema único de saúde na referida cidade.

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 200, inciso III, determina que o Sistema Único de Saúde deve “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”. Assim, no processo de formação universitária para o referido setor, vivemos uma aproximação com duas políticas públicas e suas ações, a Educação e a Saúde, principalmente, em torno da gestão do trabalho e da educação na saúde. Representando um processo de articulação ensino-serviço, numa perspectiva ampliada do conceito de saúde, definida na VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), na Constituição Federal e nas legislações federais para o setor, com ênfase na humanização da assistência e na prática da integralidade como eixo norteador da ação do cuidado em saúde.

A experimentação teórico-prática para a formação e desenvolvimento de profissionais nos referidos serviços dá visibilidade às ações já existentes de educação no trabalho em saúde e reconhece a importância de qualificar todas

as profissões da saúde, no sentido da incorporação de novos conteúdos e práticas para atender às necessidades dessa formação para a consolidação do SUS, contemplando o campo da formação e do trabalho, produto da cooperação técnica, com articulação e diálogo entre a gestão, a universidade, o serviço e o controle social

É de fundamental importância que a formação esteja em consonância com o preparo desses profissionais tanto para o cuidado e a atenção à saúde da população brasileira como para a reorganização do processo de trabalho em saúde na direção dos princípios e diretrizes constitucionais do SUS. Nosso ponto de partida edifica-se, então, sobre uma concepção ampliada de saúde, respeitando as diversidades e considerando o sujeito-usuário enquanto ator social e cidadão de direitos, responsável pelo seu processo de vida, produto das condições de vida e de trabalho, inserido num ambiente social, político e cultural que se expressa na questão social no contexto da realidade brasileira.

No que se refere ao campo da saúde mais geral, além da favorável situação apresentada pela evolução das Legislações vigentes no sentido de assegurar direitos sociais universais à saúde e o papel do Estado brasileiro neste processo, o investimento acadêmico neste setor constitui estratégico para a superação das condições sociais e econômicas nas quais estamos submetidos. Isto porque a saúde historicamente configurou-se como um campo de lutas e palco de expressão contundente da realidade brasileira. E apesar dos avanços pós-Constituição de 1988, não encontramos ainda consolidados os princípios e objetivos do SUS em posição confortável.

Muitos dos dilemas que o sistema apresenta reivindicam investimentos de pesquisa e criatividade nos trabalhos a serem desenvolvidos no contexto do SUS, de modo a assegurar o acesso da população às respostas às suas necessidades de saúde. Isto implica aprofundar o debate da integralidade e da humanização da atenção/cuidados de saúde, bem como ampliar a capacidade de instituições e serviços expressarem as demandas sociais e as realidades locais em que estão inseridos.

Desta forma, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cumprindo com a sua função social de formação profissional para a saúde em geral, e para a saúde mental, em particular, implementou um CAPS articulado a rede pública de saúde mental no município onde se situa. Nesse caso, a partir do CAPS torna-se visível o compromisso da universidade em que estamos inseridos e a situação torna-se mais complexa dada a necessidade de problematizar o papel de um sistema acadêmico e formador frente às demandas sociais e aos dilemas institucionais inerentes ao sistema de saúde em geral e da saúde mental em particular. Trata-se, pois, de compreender a formação em seu compromisso ético e político com a população e em seu papel de fomentar novos modelos teóricos e práticos para as ações e cuidado na saúde mental.

Todo este cenário apresenta um terreno fértil para o aprofundamento da formação ampliando as respostas sociais e institucionais frente aos graves dilemas que temos de enfrentar no cotidiano de um serviço de saúde mental desse tipo. Por um lado, desafia a organização pedagógica dos cursos da área de saúde, em particular, as que tomam a saúde mental como seu objeto de intervenção, se tomamos a integralidade da atenção à saúde em suas diferentes dimensões e áreas específicas, reconhecendo os distintos níveis de

complexidade e de tecnologias, buscando superar a visão do cuidado à saúde fragmentado pelas patologias ou doenças, proposto pelas especialidades e pelo modelo anátomo-clínico médico tradicional, cuja capacidade resolutive mostra-se ineficaz.

Nesta direção, há uma necessidade de rever os conteúdos que serão contemplados nos cursos que devem se estruturar na direção da reversão do paradigma mecanicista e do foco exclusivo no risco individual para responder aos processos de saúde-doença-cuidado, e que, a partir desta constatação, vem envidando esforços para estruturar um modelo técnico-assistencial inovador de atenção, estruturado sobre o eixo da efetiva promoção de maiores índices de qualidade de vida e saúde.

Essa perspectiva crítica, então, coaduna-se com o princípio da integralidade, que tem como pilares básicos a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, que vem abrir espaços para uma inserção privilegiada de outros profissionais em formação na área, superando o modelo biomédico centrado como eixo organizador das referidas práticas do setor. Este recorte permite incorporar de forma processual a riqueza do arsenal teórico e técnico da experiência acumulada no referido serviço com os outros saberes que compõem hoje a equipe no seu trabalho de cuidado aos sujeitos em *existência-sofrimento*.

Desta forma, visualiza-se uma perspectiva de integração de saberes entre os diferentes atores institucionais desse processo pedagógico da formação profissional graduada e pós-graduada, tomando por base a constituição de um núcleo comum de integração entre as disciplinas, no sentido de consolidação de um processo de formação de equipe interdisciplinar no contexto do serviço.

Evidente que esse processo, pelo signo da multiplicidade e da diversidade, não se dá sem disputas de hegemonia. Frente mesmo ao interior acadêmico que cristaliza e fragmenta os saberes técnico-científicos, tanto do ponto de vista da prática da clínica da atenção psicossocial, como no cerne da questão política. Portanto, viabiliza-se, desta forma, um processo de parcerias dialogadas e pactuadas que se estruturam entre docentes, discentes e profissionais do referido serviço, no sentido de problematizar no espaço institucional do ensino e do serviço os dilemas vividos no trabalho do cuidado na saúde mental, tomados como desafios a requererem sempre novos projetos de pesquisa, extensão e intervenção.

Desta forma, apontamos a exigência de um esforço dos diversos atores envolvidos na formação e na qualificação do trabalho em saúde mental, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional crítico, em que a dimensão investigativa da referida prática desses atores, seja no ensino, ou no cuidar em saúde, estejam articuladas a todo esse processo pedagógico que não é linear e nem sem conflitos de modo a qualificar as experiências da formação e do trabalho em saúde mental articulado com o campo público do mesmo.